

ADMINISTRATIVO

MINOR EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA
MINOR EM AMBIENTE E URBANISMO



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
GOV

18/19

PARCEIRO

Sérvulo

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

MESTRADO
EM DIREITO
12ª edição

ADMINISTRATIVO

A Católica não está parada!

O Direito Administrativo geral tem conhecido uma profunda mudança, motivada pelas alterações significativas aos principais diplomas enquadramentos - como o CPA, o CPTA e o CCP -, reclamando da Universidade e dos práticos a atenção a institutos novos ou a reavaliação de temas clássicos do Direito Administrativo, seja na matéria dos princípios, do procedimento administrativo, das formas de atuação administrativa ou da contratação pública. Por isso, o Mestrado em Direito Administrativo apresenta-se, cada ano, como um mestrado renovado.

CARACTERÍSTICAS

Sólida Formação de Base

Através de cinco disciplinas de base, os alunos aprofundarão a sua formação nas áreas centrais do Direito Administrativo geral que a atividade profissional nesta área exige.

Método de Ensino Personalizado

Através de um **número limitado de alunos**, criamos uma relação de proximidade entre o corpo docente e discente, concretizando a aposta num método de ensino que **cultiva a discussão e a participação efetiva dos mestrandos**.

O Mestrado recusa o modelo de aulas magistrais, em auditório, e adota um **modelo de “mesa-redonda”**, em que **todos são chamados a colaborar na discussão**, que não prescinde do conhecimento e olhar crítico da jurisprudência dos tribunais administrativos.

MESTRADO EM DIREITO 12ª edição

SAÍDAS PROFISSIONAIS

Advocacia no domínio do direito administrativo

Carreiras superiores da administração pública

Assessoria em empresas públicas ou em empresas com relações com a administração pública

Magistraturas

DESTINATÁRIOS

Licenciados em Direito, tanto recém-licenciados como juristas já em fase de afirmação profissional na advocacia, na administração e nas magistraturas.

MINOR EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA OU EM AMBIENTE E URBANISMO

Para além da aposta na formação geral em Direito Administrativo, este Mestrado oferece a possibilidade de realização de dois *Minor*.

Considerando que a **revisão do Código dos Contratos Públicos** está na ordem do dia, os alunos têm a possibilidade de aprofundar a sua formação geral através de um **Minor em Contratação Pública**.

Em paralelo, este Mestrado possibilita a realização de um *Minor* num domínio fundamental do Direito Administrativo especial, o **Ambiente e Urbanismo**.



COORDENADOR

RUI MEDEIROS



Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Doutorado em 1999 e com Agregação em 2016. Sócio da Sociedade de Advogados Sérvulo & Associados. Membro do Grupo Europeu de Direito Público. Presidente do grupo de trabalho incumbido da preparação do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos. Tem colaborado na elaboração de diversos diplomas legislativos, com destaque para a lei da responsabilidade civil dos poderes públicos, a lei da água, a reforma do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas) e a revisão do estatuto político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Ao contrário do que poderia pensar-se, a importância do Direito Administrativo não só não diminuiu como tende a aumentar no atual contexto económico, social e político. Independentemente das opções de fundo acerca do papel do Estado, a presença do Direito Administrativo deteta-se hoje mesmo nos sectores da ordem jurídica que tradicionalmente lhe estavam imunes. A necessidade de uma sólida formação jurídico-administrativa faz-se, portanto, sentir mais que nunca. Em particular, a mutabilidade conjuntural intrínseca do Direito Administrativo revela-se com clareza nestes tempos de mudança acelerada, com extensas revisões legislativas recentes ou próximas em sectores-chave da ordem jurídica administrativa, como os do procedimento e do processo administrativos, do regime substantivo das formas de atuação administrativa e da contratação pública. Mais que ter conhecimentos de Direito Administrativo é, assim, preciso aprofundá-los em permanência, designadamente mediante graus académicos que permitam adquirir fatores de diferenciação académica e profissional. Para isto é imprescindível a qualidade e a credibilidade dos ciclos de estudos no meio universitário e no mercado de trabalho. E, nestes aspetos, o Mestrado em Direito Administrativo da Católica, que foi agora novamente revisto de modo a adequar-se às expectativas mais exigentes, é praticamente impossível de ultrapassar.



André Salgado de Matos

Docente do Mestrado

ADMINISTRATIVO

Cada estudante tem de se inscrever em cinco disciplinas deste curso (30 ECTS).

Os restantes 30 ECTS podem ser livremente preenchidos com os seminários e/ou com a inscrição num dos dois *minors* do Mestrado. Os estudantes podem ainda optar por escolher disciplinas de qualquer um dos outros programas, dependendo das vagas disponíveis e da compatibilidade dos horários.

PROGRAMA & DOCENTES ⁽¹⁾

1º SEMESTRE

DISCIPLINAS [cada = 6 ECTS]

Princípios fundamentais de Direito Administrativo
Maria da Glória Garcia | André Salgado de Matos

Formas de atuação administrativa
Luís Sousa da Fábrica

Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos
Rui Medeiros

SEMINÁRIOS [cada = 3 ECTS]

Mérito, legalidade e controlo da proporcionalidade da atividade administrativa | Tiago Macieirinha

Administrações Públicas e Direito da União Europeia | Patrícia Fragoso Martins

Danos indemnizáveis na responsabilidade dos poderes públicos | Margarida Olazabal Cabral

2º SEMESTRE

DISCIPLINAS [cada = 6 ECTS]

Procedimento Administrativo
Filipa Urbano Calvão | Tiago Macieirinha

Questões Fundamentais do Direito Processual Administrativo e do Procedimento Administrativo
Mário Aroso de Almeida

SEMINÁRIOS [cada = 3 ECTS]

Direito da Proteção de Dados | Filipa Urbano Calvão

Arbitragem administrativa | Marta Portocarrero

2º SEMESTRE

MINOR EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA ⁽²⁾

DISCIPLINAS [cada = 6 ECTS]

Formação dos contratos públicos
João Amaral e Almeida

Invalidade contratual e pré-contratual
Luís Sousa da Fábrica

Execução e modificação dos contratos
Vera Eiró

MINOR EM AMBIENTE E URBANISMO ⁽²⁾

DISCIPLINAS [cada = 6 ECTS]

Direito do Ordenamento do Território
José Mário Ferreira de Almeida

Direito do Ambiente | Armando Rocha

Direito do Urbanismo | André Salgado de Matos

3º SEMESTRE

Elaboração, apresentação e discussão em provas públicas do trabalho final de Mestrado

ESTRUTURA

PARTE LETIVA 1º E 2º SEMESTRES [60 ECTS]

Início	Fim
Setembro de 2018	Julho de 2019
Fevereiro de 2019 ⁽³⁾	Fevereiro de 2020

ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DO TRABALHO FINAL 3º SEMESTRE [35 ECTS]

Entrega do trabalho	Discussão em Provas Públicas
31 de março de 2020	A definir
31 de outubro de 2020	A definir ⁽³⁾

(1) Embora não seja expectável, o corpo docente e o programa apresentados poderão sofrer alterações que serão oportunamente indicadas em: www.fd.lisboa.ucp.pt/posgrad

(2) A inscrição neste *minor* obriga à realização dos 18 ECTS e permite frequentar, sem custos adicionais, sessões numa das pós-gradua-

ções na área do Direito Administrativo. A obtenção da carta de pós-graduação fica dependente da aprovação no trabalho final escrito e está sujeita ao pagamento de um *fee* adicional a fixar oportunamente.

(3) A abertura da parte letiva em fevereiro de 2019 depende da disponibilidade de vagas.

MESTRADO EM DIREITO

12ª edição

CORPO DOCENTE

18/19

ANDRÉ SALGADO DE MATOS

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Campos Ferreira, Sá Carneiro e Associados.

ARMANDO ROCHA

Vice-Diretor da Católica Global School of Law e Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

FILIPA URBANO CALVÃO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

JOÃO AMARAL E ALMEIDA

Sócio da Sérvulo & Associados. Membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Código dos Contratos Públicos.

JOSÉ MÁRIO FERREIRA DE ALMEIDA

Sócio da Ferreira de Almeida, Luciano Marcos & Associados, Sociedade de Advogados.

LUÍS SOUSA DA FÁBRICA

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultor da Abreu Advogados.

MARGARIDA OLAZABAL CABRAL

Sócia da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.

MARIA DA GLÓRIA GARCIA

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA

Diretor Nacional e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

MARTA PORTOCARRERO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Consultora da Campos Ferreira, Sá Carneiro e Associados.

RUI MEDEIROS

COORDENADOR

TIAGO MACIEIRINHA

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

VERA EIRÓ

Doutora em Direito. Advogada da Linklaters.

Porquê o Mestrado em Direito Administrativo na Universidade Católica Portuguesa?

Finda a Licenciatura em Direito com uma acentuada vocação para as matérias de Direito Público, decidi que o Mestrado serviria para apostar numa especialização na minha área do Direito de eleição. Porém, pretendia um ensino virado para a vida prática, sem, contudo, descurar a vertente mais teórica que, por natureza, envolve estas temáticas. Daí a minha opção pelo Mestrado em Direito Administrativo da Universidade Católica. Este Mestrado permite, por um lado, o aprofundamento de temas de Direito Administrativo já estudados durante a Licenciatura, por outro lado, o contacto com novas matérias bastante relevantes para a vida profissional. Pautado por aulas dinâmicas e um ensino de proximidade, é um Mestrado que nos arranca da nossa zona de conforto, fomentando a capacidade de investigação dos alunos. Em suma, um Mestrado que alia teoria e prática de forma exigente, mas muito gratificante.



Maria Estela Lopes

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

ADMINISTRATIVO

MINOR EM
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

MINOR EM
AMBIENTE E URBANISMO

MESTRADO
EM DIREITO
12ª edição

18/19

PARCEIRO



JOÃO AMARAL E ALMEIDA

Sócio, Sérvulo & Associados

A Sérvulo & Associados assume como marca genética e identitária, claramente diferenciadora da sua posição no mercado da advocacia, uma forte ligação à Academia. Na verdade, a nossa convicção – e a nossa experiência – é a de que só um sólido conhecimento teórico potencia uma assessoria jurídica de excelência, num mercado de advocacia crescentemente complexo, competitivo e global. A continuação do apoio a este renovado Mestrado, que concilia uma importante vertente teórica e uma relevante dimensão prática, é expressão desta convicção e contribui para dotar os participantes nestes cursos de competências especializadas, indispensáveis a uma carreira profissional bem sucedida.

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

A opção pelo Mestrado em Direito Administrativo na Universidade Católica Portuguesa é, desde logo, motivada pelo rigor e excelência que esta casa oferece e promove no espírito científico e ético dos seus alunos. Tendo feito todo o meu percurso académico nesta Faculdade e, por isso, já acostumado ao que as suas estruturas oferecem no contacto com o aluno e na sua preparação para o mercado de trabalho (em especial devido à dedicação incansável do Gabinete de Carreiras), encontrei no Mestrado um ambiente de exigência e estímulo intelectual, que conjuga a autonomia dos mestrandos na procura de conhecimento e a responsabilidade daí decorrente nos resultados demonstrados. Para tal, contribuiu a reformulação do programa do Mestrado, que incentiva a especialização (componente indispensável à vertente profissionalizante), através da escolha de um Minor, ao mesmo passo que fortalece os conhecimentos de base do Direito Administrativo através das disciplinas obrigatórias, que abordam temas centrais indispensáveis.



Francisco Salavisa Teixeira

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa)

Minor em Contratação Pública



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

A especialização é cada vez mais exigida para o exercício de uma profissão jurídica. A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica disponibiliza **cinco programas de Mestrado diferenciados**, orientados para o exercício profissional.

Cada programa oferece um vasto conjunto de cadeiras opcionais, permitindo que os alunos componham o leque de disciplinas da parte letiva de acordo com as suas preferências.

EMPREGABILIDADE

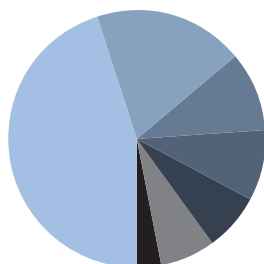
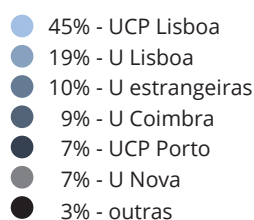
Segundo a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, **98% dos alunos** que obtiveram o grau de mestre na **Escola de Lisboa da FD da UCP**, entre os anos de 2014 e 2016, **estão empregados**.

Em 2017, **70%** dos advogados estagiários recrutados **detêm um mestrado, LL.M. ou pós-graduação**.*

45% destes recrutados obtiveram a formação pós-graduada na **Escola de Lisboa da FD da UCP**.*

ADVOGADOS ADMITIDOS EM 2017*

UNIVERSIDADES ONDE COMPLETARAM OS ESTUDOS PÓS-GRADUADOS



* Estudo realizado com as entidades participantes do JobShop em novembro de 2017.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Critérios de admissão rigorosos;

Métodos de ensino inovadores em que se valoriza fortemente a participação dos alunos no processo de aprendizagem;

Elevada exigência imposta ao longo de todo o percurso académico;

Corpo docente constituído por professores com elevada experiência académica e prática.

BENEFÍCIOS

1. O Gabinete de Carreiras realiza anualmente o **Jobshop** onde todos os alunos têm contacto privilegiado com futuros recrutadores, a iniciativas específicas e diferenciadas, e a atendimento personalizado para que o processo de candidatura a estágios ou emprego decorra com sucesso;

2. Aprofundamento de competências fundamentais que não são habitualmente trabalhadas nas Universidades, destacando-se as disciplinas de **Práticas Processuais** e de **Retórica Forense**;

3. Realização de um semestre letivo numa Universidade estrangeira através do **Programa de Mobilidade Internacional**:

Catholic University of Leuven – Faculty of Law, Bélgica

Center for Transnational Legal Studies, London, UK

China University of Political Science and Law, Beijing, China

EBS Law School, Wiesbaden, Alemanha

ESADE Law School - Universitat Ramon Llull, Barcelona, Espanha

Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Brasil

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Brasil

IDC Herzliya - Radzyner School of Law, Herzliya, Israel

IE Law School, Madrid, Espanha

Tilburg University, Tilburg, Holanda

Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia

University of Antwerp, Bélgica

University of Fribourg, Suíça

University of Maastricht, Holanda

University of Oslo, Norway

Universidade Pontifícia de Comillas, Madrid, Espanha

University of Utrecht, Holanda

University of Houston, Houston TX, USA

University of Iowa, Iowa City, IA, USA

Washington University in St. Louis, MO, USA

INFORMAÇÃO GERAL

CANDIDATURA

Licenciatura em Direito.

A aceitação da candidatura está dependente do perfil académico do candidato.

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

Boletim de candidatura

Carta pessoal de motivação

Certificado de habilitações discriminado

Curriculum vitae

2 fotografias

HORÁRIO

As aulas decorrerão, habitualmente, de 2ª a 6ª feira.

PROPINAS

€ 19,10 por ECTS por mês

1º semestre:

30 ECTS x €19,10 = 5 mensalidades de € 573,00

2º semestre:

30 ECTS x € 19,10 = 5 mensalidades de € 573,00

3º semestre - elaboração do trabalho final:

35 ECTS = 5 mensalidades de € 340,00

Propina global dos 3 semestres: € 7.430,00

BOLSA DE MÉRITO

O aluno mais bem classificado na parte curricular do Mestrado beneficiará de uma bolsa de mérito cobrindo a propina da dissertação.

CONTACTOS

mestradosdireito@fd.lisboa.ucp.pt

Telefone 217 214 174

Faculdade de Direito - Escola de Lisboa

Universidade Católica Portuguesa

Palma de Cima, 1649-023 LISBOA

www.fd.lisboa.ucp.pt

ADMINISTRATIVO

MINOR EM
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

MINOR EM
AMBIENTE E URBANISMO



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
GOV

18/19

MESTRADO
EM DIREITO
12ª edição